

As mulheres, a educação e a república: Mary Wollstonecraft leitora de Rousseau

Marcos Fonseca Ribeiro Balieiro •

A Vindication of the Rights of Women, de Mary Wollstonecraft, é comumente vista como uma obra importante para o desenvolvimento do que viria a ser o pensamento feminista. Entretanto, essa é uma consideração complicada, uma vez que a autora defende teses que seriam inaceitáveis para boa parte da militância feminista contemporânea. Além disso, a recepção do texto não se mostrou uniforme por estudiosos de questões de gênero ou pela militância que poderia se interessar por ele, de modo que o lugar da *Vindication* em uma, por assim dizer, história das ideias do feminismo não é claro de modo algum.

Não pretendemos, ao longo desta exposição, atacar essas questões. Os motivos são bastante simples. Em primeiro lugar, parte significativa da militância atual, não sem razão, consideraria absolutamente blasfemo que um homem se pusesse a explicar qual a importância desta ou daquela autora no que diz respeito ao estabelecimento de qualquer forma de feminismo. Em segundo, não devemos nos esquecer que, ainda que *A Vindication of the Rights of Women* seja uma obra que exige mudanças significativas no que diz respeito ao tratamento da mulher, aos direitos que ela possui e à educação que deve receber, ainda é uma obra que se pretende crítica de certos conceitos e de certas instituições que se mostraram firmes em um tempo preciso. Em outras palavras, reduzir o texto de Wollstonecraft a parte de um contexto das discussões contemporâneas sobre questões de gênero, eliminando uma consideração cuidadosa do diálogo que ele

• Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia da História e Modernidade (NEPHEM), do Viva Vox e do Grupo Hume.

empreende com os pensadores com que a própria autora buscou discutir, seria incorrer em enorme injustiça contra os propósitos originais do texto.

Evidentemente, sendo *A Vindication of the Rights of Women* um trabalho relativamente vasto, em que se pode detectar críticas a diversos autores, não seria possível, aqui, realizar a contento uma exposição geral da obra, ou explicar, mesmo que rapidamente, os diversos debates contidos no texto. Deter-nos-emos apenas, de maneira que pode se mostrar demasiadamente selvagem, nas críticas de Wollstonecraft a Rousseau, que permeiam parte bastante significativa do livro. O motivo para esse recorte é bastante simples: o genebrino é muito mais estudado em terras brasileiras do que os outros pensadores atacados ao longo da *Vindication*. Com isso, explorar as críticas dirigidas a ele certamente oferecerá ao leitor uma porta de entrada mais acessível não apenas às ideias defendidas pela autora, mas também às maneiras pelas quais ela pretende acertar contas com a tradição.

Talvez seja importante observar, além disso, que Rousseau é um autor com quem Wollstonecraft debate ao longo de praticamente toda a obra. De fato, ela volta suas baterias contra esse filósofo desde o primeiro capítulo de sua *Vindication*, ao afirmar que

Construídos sobre uma base de hipóteses falsas, os argumentos de Rousseau a favor de um estado de natureza são plausíveis. Entretanto, são insalubres, porque a asserção de que um estado de natureza é preferível à civilização mais perfeita que poderia haver é, com efeito, uma acusação contra a sabedoria suprema. (WOLLSTONECRAFT, 2001¹)

Devemos observar, de saída, que a autora trata de selecionar a “versão” de Rousseau com que pretende debater. Ainda que, como veremos adiante, as críticas de Wollstonecraft impliquem uma concepção particular da política que será incompatível com aquela defendida pelo filósofo que ela tem por alvo, o diálogo mais direto será, no mais das vezes, com o texto do *Emílio*. Isso fica evidente já na continuação da passagem a que nos referimos: A exclamação paradoxal [de que]: “Deus fez boas todas as coisas, e o mal foi introduzido pela criatura que Deus formou, sabendo o que estava formando”, é tão não filosófica quanto ímpia. (WOLLSTONECRAFT, 2001)

Isso é particularmente importante, é claro, por conta do tema principal da obra, aquele que levará a autora a atacar Rousseau de maneira bastante ferrenha. É relevante,

¹ Utilizamos, para a confecção deste texto, uma edição para kindle. Esse formato não tem paginação, mas isso se torna desnecessário, uma vez que o dispositivo dispõe de um mecanismo de busca bastante eficiente.

também, por ser uma obra que abre espaço para que Wollstonecraft o caracterize como um “defensor da imortalidade” e um autor cuja afirmação sobre as coisas sendo boas ao sair da mão do criador deve ser levada a sério de maneira bastante literal. O resultado é que se torna possível acusar Rousseau de atribuir a Deus a “culpa” pelo mal, ainda que indiretamente: na interpretação que vemos na *Vindication*, o genebrino não se teria dado conta de que, se o criador é perfeito, a razão e a perfectibilidade, atributos a que o filósofo atribui toda sorte de malefícios, devem, na verdade, ter sido colocados em nossa natureza não apenas para que possamos atingir a excelência, mas também (consequentemente) para que sejamos felizes.

A partir daí, Wollstonecraft trata, também, de condenar o elogio rousseauiano daquelas que ela considera virtudes bárbaras, em detrimento de todos os “esforços genuínos de gênio”. Portanto, não se trata de contestar apenas as teses que se vê, no *Emílio*, acerca do gênero feminino, mas também de problematizar, a partir daí, considerações morais e políticas que permeiam quase que a totalidade da obra de Rousseau, a exemplo da posição que ele teria assumido na chamada “querela dos antigos e dos modernos”. Fica claro, então, que não é à toa que Wollstonecraft faz questão de criticar a preferência de seu adversário pela concepção de virtude dos espartanos, civilização que a autora caracteriza como “mal sendo humana”.

Seria possível por em questão, é claro, a justeza da caracterização de Rousseau no que diz respeito a preferir o estado de natureza à civilização mais perfeita. De fato, não seria difícil mostrar que, ao menos nesse aspecto particular, Wollstonecraft realiza uma interpretação algo equivocada, a qual parece ecoar a acusação voltairiana segundo a qual Rousseau advogaria em favor de um retorno ao estado de natureza. Esse ponto parece ter alguma importância nos momentos iniciais da *Vindication*: ainda que o filósofo, segundo ela, pareça admitir que não haveria espaço para o surgimento de qualquer virtude em um estado como esse, seria a preferência de Rousseau por ele que justificaria, por exemplo, sua preferência por Esparta, civilização que a autora caracteriza como “mal sendo humana”. Em outras palavras, o adversário caracterizado por Wollstonecraft preferiria as maneiras espartanas às modernas por considerar que esse os ideais de força e virilidade desse povo guerreiro, além de seus costumes “bárbaros”, estariam mais próximos do suposto estado de natureza do que a polidez das sociedades modernas. De qualquer modo, ainda que a interpretação realizada pela autora nos pareça imprecisa, isso não implica a inconsistência das críticas que se seguem, uma vez que, no fim das contas,

elas se mostram independentes de uma leitura que faça do genebrino um defensor de que voltemos a andar sobre quatro patas ou algo que o valha.

Retomemos, agora, a discussão acerca dos rumos que seriam impingidos à humanidade por conta do progresso da técnica e, para Rousseau, também por conta da perfectibilidade. Como já vimos, Wollstonecraft teria visto uma contradição, por parte do autor, em afirmar que essas características, atribuídas a nós por um criador perfeito, constituiriam a raiz de um suposto estado de miséria a que a humanidade estaria condenada na modernidade. Posteriormente, torna-se bastante claro que o problema não é apenas, digamos, teológico. Para Wollstonecraft, o autor do *Contrato Social* teria se equivocado, desde o início, no que diz respeito às causas dos processos de corrupção dos costumes observados por ele. Segundo a autora, o progresso da humanidade se converteria em maldição não por conta da ação inevitável de faculdades que a natureza teria implantado em nós, mas por conta da instituição monárquica, vista, no âmbito da *Vindication*, como inevitavelmente perniciosa. Nas palavras da própria autora, em um estado monárquico, o percurso inevitável é o seguinte:

[...] guerras no estrangeiro e levantes em casa dão às pessoas comuns a chance de adquirir algum poder, o que obriga seus governantes a enfeitar sua opressão com a aparência do direito. Assim, à medida que guerras, agricultura, comércio e literatura expandem a mente, déspotas são forçados a usar corrupções escondidas para manter o poder que, inicialmente, haviam tomado abertamente pela força. E essa gangrena acobertada se espalha mais rapidamente pelo luxo e pela superstição, os sedimentos inconfundíveis da ambição. O fantoche ocioso de uma corte real se torna um monstro de luxo ou um fastidioso hedonista, e o contágio que esse estado anti-natural espalha se torna o instrumento da tirania. (WOLLSTONECRAFT, 2001)

Felizmente, diz Wollstonecraft, o desenvolvimento da razão por parte do povo bastará, em algum momento, para dar fim à monarquia, uma vez que esta, para se manter, tem necessidade dos efeitos bastante deletérios que são atribuídos, ao longo da *Vindication*, ao cultivo do hedonismo e da sensibilidade. Nesse sentido, aliás, a crítica de Wollstonecraft à monarquia é, em grande medida, tributária do puritanismo republicano que teve grande impacto na Inglaterra moderna: a razão, entendida como dom concedido por Deus, seria a faculdade responsável por conduzir os homens a um progresso moral

que se confundiria com a extirpação do jugo tirânico que se segue inexoravelmente à instituição monárquica².

Esse é um aspecto importante para que compreendamos, em sua dimensão apropriada, também as críticas de cunho *moral* que serão feitas ao filósofo de Genebra. Essa afirmação pode parecer estranha para o leitor desavisado, já que essas críticas, como se poderia imaginar, dizem respeito, na maior parte do tempo, ao modo como Rousseau concebe as diferenças entre homens e mulheres. Trataremos, então, de apresentá-las de maneira breve e, posteriormente, apresentaremos os motivos pelos quais não é difícil estabelecer a relação entre a crítica moral ao modo como ele concebia a educação feminina e certa concepção republicana da política. Passemos, sem mais delongas, a esse ponto:

No Capítulo 5 de *A Vindication of the Rights of Women*, Wollstonecraft faz ataques bastante pesados a autores que “representaram as mulheres como objetos de pena, aproximando-se do desprezo”. O primeiro deles é, precisamente, Jean-Jacques Rousseau. Nesse ponto da obra, a autora dirige suas críticas exclusivamente ao *Emílio*, criticando comentários referentes à educação das mulheres e, ocasionalmente, à concepção de natureza humana que embasa as teses rousseauianas acerca do tratamento que deve ser dispensado a elas. Como se sabe, Rousseau propõe para a personagem Sofia uma educação que, para torná-la uma mulher tão perfeita quanto será perfeito o homem Emílio, deverá levar em conta as características naturais do sexo feminino³. A fraqueza física que, para o filósofo, resultaria em uma superioridade do homem em todos os sentidos é, nesse contexto, contrariada por aquela que parece ser uma poderosa característica naturalmente feminina:

A natureza dá à mulher uma habilidade maior de despertar desejos no homem do que dá a ele habilidades para satisfazê-los. Assim ela – a natureza – torna o homem dependente da boa vontade da mulher, e o força a tentar agradá-la, por sua vez, de modo a obter o seu consentimento [...] Nessas ocasiões, a circunstância mais agradável que um homem vê em sua vitória é não saber ao certo se ela cedeu à sua força superior ou se as inclinações dela se pronunciaram em seu favor. As

² Ver, a esse respeito, JOHNSON (1995).

³ Ainda que, em discussões contemporâneas, seja comum o debate acerca dos significados dos termos “sexo” e “gênero”, não vimos problema em empregar, indiscriminadamente, a expressão “sexo feminino”, já que, à época em que Wollstonecraft redigiu a *Vindication*, esse não era um problema. Qualquer tipo de distinção que pretendêssemos fazer, portanto, seria anacrônica e, potencialmente, pouco rigorosa.

fêmeas são comumente astutas o bastante para deixar isso em dúvida. (ROUSSEAU *apud* WOLLSTONECRAFT, 2001⁴)

Esse tipo de artifício é importante porque, no fim das contas, para Rousseau, os homens dependeriam das mulheres apenas para satisfazer seus desejos, enquanto elas seriam dependentes mesmo no que diz respeito a seu sustento. Com isso, os homens viveriam melhor sem as mulheres do que elas sem eles. A consequência é que a educação feminina deve se pautar meramente pela necessidade de se agradar os homens, o que acarretaria um “currículo” em que teria lugar de destaque o desenvolvimento dos “encantos pessoais”, enquanto os meninos são criados, inicialmente, para desenvolver seus “poderes corporais”. No fim das contas, então, Rousseau estaria assentindo ao modelo que se vê na tradição do galanteio e propondo, com base em supostas diferenças naturais entre os gêneros, um modelo que perpetuasse a submissão daquele que estaria destoando a ser dependente.

Além disso, segundo o filósofo, as mulheres deveriam ser educadas desde cedo para restringir seus desejos. Uma criação muito permissiva as deixaria permanentemente em conflito consigo mesmas. Isso porque as mulheres tenderiam ao excesso sempre que se lhes fosse permitido o que quer que fosse. Além disso, seria útil às próprias mulheres que não se acostumassem à liberdade, já que, ao longo de suas vidas, seriam sempre submissas a seus maridos. Como se sabe, os homens seriam, para Rousseau, criaturas bastante imperfeitas e uma mulher que os tratasse com impertinência, abandonando a doçura de temperamento, os tornaria piores e menos tratáveis. Cada sexo, portanto, deveria agir da maneira que lhe fosse apropriada: “um marido manso pode fazer uma esposa agir mal, mas a suavidade de disposição por parte dela o trará de volta à razão – ao menos se ele não for uma completa besta – e, mais cedo ou mais tarde, triunfará sobre ele” (ROUSSEAU *apud* WOLLSTONECRAFT, 2001).

Rousseau não considerava que essa situação coloque a mulher em situação aviltante, ou de servidão. Para ele, “Sua habilidade e seu engenho superiores permitem que ela preserve sua igualdade, e governe o homem enquanto ela finge obedecer. A

⁴Todas as menções de passagens de Rousseau são extraídas da obra de Wollstonecraft por um motivo relativamente simples: o que nos interessa, aqui, não é de modo algum a justeza das observações feitas pela autora acerca do pensamento do filósofo genebrino. Pretendemos apenas, antes de qualquer outra coisa, verificar como o posicionamento de Wollstonecraft com relação ao pensamento rousseauiano sobre a educação feminina contribuiu para que ela desenvolvesse suas próprias concepções a esse respeito e as ligasse a inclinações caracteristicamente republicanas.

mulher tem tudo contra ela – nossas falhas e, também, sua própria timidez e sua própria fraqueza. Ela não tem nada a seu favor, exceto sua sutileza e sua beleza. Não é razoável que ela cultive as duas?” (ROUSSEAU *apud* WOLLSTONECRAFT, 2001).

Todos esses pontos foram impiedosamente rebatidos por Wollstonecraft. Para ela, não seria verdade que se devia retirar das mulheres sua liberdade sob o pretexto de tolher-lhes os excessos. O que ocorreria, segundo ela, é que, como se fossem escravos que, por terem ficado muito tempo completamente privados de tudo, fartam-se quando têm a oportunidade, as mulheres poderiam se exaltar ao gozar inicialmente de quaisquer benefícios, mas tratariam de apresentar, posteriormente, comportamento mais equilibrado. Além disso, ela tratou de afirmar que o próprio Rousseau admitira que, passado algum tempo, a paixão amorosa evanesceria, o que seria absolutamente intolerável para as mulheres, consideradas úteis apenas como fornecedoras de prazer, bem como para seus maridos. A receita apregoada por Rousseau, então, seria um caminho sem volta para um casamento sem qualquer respeito mútuo e com garantias de infidelidade. Além disso, Rousseau também teria admitido que uma das funções das esposas é educar os filhos. Entretanto, Wollstonecraft considerava que isso seria uma completa aberração: seria impossível que as mulheres pudessem ser consideradas aptas a cuidar de maneira sensata de crianças se fossem, a vida toda, instruídas apenas nas artes do flerte e da amabilidade.

A educação das mulheres, para essa autora, deveria seguir um caminho bastante diferente, que passaria, inicialmente, por uma admissão muito simples, a de que, “se a mulher tem uma alma imortal, ela deve ter [...] um entendimento para aperfeiçoar” (WOLLSTONECRAFT, 2001). Ora, se as mulheres, como os homens, têm alma, e se ela abriga a faculdade a que chamamos razão, decorreria, daí, que as mulheres são tão racionais quanto os homens. É importante lembrarmos, então, que não são poucas as passagens em que Wollstonecraft apresenta as virtudes morais como sendo resultantes da razão⁵. Nesse sentido, ainda que a autora admita que as mulheres sejam inferiores no que diz respeito à força física⁶, elas são apresentadas como sendo, ao menos no que diz

⁵ Não se trata, aqui, de tentar enquadrar a autora em um quadro teórico tal como o do debate sobre os fundamentos da moral ocorrido na Grã-Bretanha do século XVIII. De fato, os propósitos da *Vindication* parecem bastante distintos e a autora não parece pretender que sua obra tenha por propósito declarar sua simpatia pelas teses de um Samuel Clarke ou um William Wollaston no que diz respeito à realidade das distinções morais.

⁶ Mesmo essa afirmação, que seria quase um lugar comum, não é vista por Wollstonecraft como absolutamente indubitável. Em mais de uma passagem, ela trata de lembrar ao leitor que a educação das mulheres faz com que, desde muito cedo, elas não exercitem seus corpos, e talvez seja por conta disso que

respeito à natureza, tão capazes quanto os homens nos aspectos intelectual e moral. Isso faz com que ela deva considerar como absolutamente deplorável a educação sentimentalista imposta às *coquettes* pela concepção rousseuniana. De fato, a melhor educação possível “[...] é [para] o uso do entendimento do modo que seja mais propício a fortalecer o corpo e formar o coração – ou seja, capacitar o indivíduo para atingir hábitos de virtude tais que façam dele ou dela uma pessoa independente. Descrever como ‘virtuosa’ uma pessoa cujas virtudes não resultem do exercício de sua razão é uma farsa. (WOLLSTONECRAFT, 2001)

Esse propósito da educação, que para Rousseau seria bastante sensato no que diz respeito ao homem, é considerado por Wollstonecraft também como sendo válido para as mulheres, que passariam a ser vistas como parceiras de seus maridos em regime de igualdade. Mais do que isso, seria tolice esperar que uma *coquette* tal como aquelas formadas pela concepção rousseuniana, extremamente sentimentais e irremediavelmente tolas, pudesse administrar a contento um lar, já que essa tarefa exigiria disposição para o trabalho pesado e capacidades mentais nada desprezíveis.

Pode parecer estranho, é claro, que Wollstonecraft seja considerada como uma feminista *avant la lettre* defendendo um modelo de educação das mulheres que levasse em conta o fato de serem racionais simplesmente para garantir que pudessem ser esposas melhores, ou para garantir que pudessem desenvolver habilidades para se manter em caso de morte de seus maridos ou abandono por parte deles. Entretanto, ainda que não proponha o dismantelamento da estrutura familiar de seu tempo, o texto da *Vindication* certamente tem o mérito de apresentar a mulher como parceira do homem, alguém que desenvolverá com ele uma relação pautada no respeito mútuo.

Não podemos, a esse respeito, perder de vista um outro aspecto do texto, a que já fizemos referência: contra Rousseau, a autora defende maneiras modernas, que ela vê como incontestavelmente superiores às aquelas de civilizações “bárbaras” como a espartana. Com isso, a defesa de uma educação que considere homens e mulheres como igualmente racionais, ainda que se postulem diferenças relativas à força física, tem uma

elas terminam por ser fisicamente inferiores. Ocasionalmente, a autora chega a propor que se permita que meninas pequenas possam se exercitar e brincar mais livremente, afirmando que só assim se poderia verificar se as mulheres seriam verdadeiramente inferiores nesse aspecto. De qualquer modo, essas observações ocasionais não parecem ter impacto nos argumentos principais da obra. A ideia defendida mais sistematicamente por Wollstonecraft é, de fato, aquela segundo a qual, ainda que as mulheres sejam fisicamente inferiores, o fato de serem racionais deveria garantir a elas direitos que lhes teriam sido insistentemente negados.

implicação inegável: não há quaisquer motivos para negar que as mulheres poderiam ser tão competentes quanto os homens na imensa maioria das profissões. O caso é que a concepção moderna de virtude faz com que seja possível, sem dificuldades, atribuir a atividades que não exigem “superioridade física” um peso social e econômico inegável, independente do que espartanos ou supostos homens naturais pudessem pensar sobre isso. A conclusão é, portanto, bastante evidente: a admissão, ao menos na maior parte do tempo, da maior força física por parte dos homens é menos inocente do que Wollstonecraft faz parecer. Mesmo que seja possível determinar infalivelmente que homens são mais fortes que mulheres, o impacto que isso teria na vida de uma sociedade civilizada não parece tão grande.

Além disso, não podemos subestimar a importância da consideração, por parte de Wollstonecraft, de que a educação das mulheres (e, de maneira geral, a educação de toda a sociedade) deveria prepará-las para serem *iguais* de seus maridos. Ainda que se suponha um modelo de família bastante tradicional, não se trata, de modo algum, de supor uma esposa explorada com base na suposta dominação econômica por parte do marido provedor. É possível, evidentemente, que a autora tenha sido algo ingênua quanto a esse ponto. Parece mesmo ser o caso, ao menos para quem acompanha, mesmo casualmente, notícias contemporâneas de casos de violência doméstica. Ainda assim, não se pode afirmar que a filósofa consideraria aceitável um casamento em que a mulher, por depender financeiramente de seu marido, se mostrasse submissa a ele de qualquer maneira.

Existe, ainda, um outro aspecto que cumpre destacar: segundo Wollstonecraft, a educação a que Rousseau considera que as mulheres deveriam ser submetidas insere-se em uma cultura que, ao reduzir o sexo feminino a criaturas cuja função é apenas agradar os homens, considera que elas deverão extorquir todo o poder que puderem por meio de seus encantos. Isso é particularmente complicado porque extinguirá qualquer possibilidade de que as mulheres possam ser efetivamente virtuosas: nesse modelo, a educação feminina atrofia o desenvolvimento da razão, privilegiando apenas a sensibilidade, o instinto, que pode até se sofisticar e engendrar comportamentos bastante complexos, mas não é, como já vimos, capaz de elevar a mulher a uma conduta efetivamente virtuosa. O resultado é que teríamos a criação de uma cultura de pequenas tiranas, exercendo todo o poder que puderem para conseguir o que quer que lhes agrade simplesmente porque foram educadas para isso. O resultado seria danoso também para

os homens, que certamente não teriam sua virtude encorajada por essas supostas companheiras.

Não se trata, aqui, de mero pudor religioso, ainda que a religiosidade certamente tenha sido importante para a autora. Quando ela trata do modo como a educação das mulheres impede que sejam virtuosas, lembramos que, ao longo do texto, é recorrente a comparação com indivíduos das classes mais abastadas, sejam homens ou mulheres, que são tornados viciosos por serem desocupados, não exercitando qualquer faculdade e sempre perseguindo apenas o que imediatamente lhes agrada. A lição parece ser não apenas que, se quisermos que as mulheres sejam virtuosas, devemos incentivar o uso de sua razão e algum exercício para seus corpos, em detrimento do langor apregoadado pela cultura da sensibilidade. O que se pretende defender é que pessoas desocupadas que não exercitem sua razão serão sempre mais dependentes e, desse modo, deverão sempre cultivar artifícios vis para conseguir aquilo que desejam. Isso, aliado à insegurança que vem da dependência, as tornará irremediavelmente cruéis. Voltamos, pois, ao início do texto (e, também, ao início da *Vindication*): só o cultivo da razão em todos os âmbitos pode contribuir para a extinção do jugo dos tiranos que é, para Wollstonecraft, a consequência inevitável de uma sociedade em que seja incentivada uma busca desenfreada de prazer que ela considera seria anti-natural. Trata-se, em última instância, de promover, a partir de um novo modelo da educação das mulheres, uma mentalidade segundo a qual indivíduos, em parceria, colaborem para o desenvolvimento da virtude uns dos outros, de modo a cultivar uma sociedade em que não tenham lugar os tiranos formados pelo ócio e pela exploração.

Seria possível objetar, é claro, que existem outras formas de se conceber a cultura do galanteio que atribuem a formação moral justamente ao cultivo de uma forma particular de sensibilidade, e que esse tipo de concepção, ao ser desenvolvido por autores como Hume ou Shaftesbury, parece ser um alvo mais difícil para as investidas de Wollstonecraft. É verdade, também, que não faltam teorias do refinamento que poderiam mostrar vantagens morais do cultivo do luxo por uma sociedade. Parece possível, então, fazer à autora a reprimenda de simplesmente pressupor, com base em uma filiação que é tomada como dado, uma relação entre razão, austeridade e moralidade que talvez não seja tão evidente quanto ela faz parecer. De qualquer modo, também seria possível considerar algo tendencioso dirigir esse tipo de objeção contra o texto da *Vindication* quando se considera que o alvo são os objetivos declarados da autora: no fim das contas,

alguém que critique todos esses pressupostos apenas para atacar a defesa de Wollstonecraft aos direitos das mulheres certamente parecerá, aos olhos do leitor contemporâneo, ter intenções bastante suspeitas.

Bibliografia

HUME, David. *Essays Moral, Political and Literary*. Indianapolis: Liberty Fund, 1985.

JOHNSON, Claudia. *Equivocal Beings: Politics, Gender and Sentimentality in the 1790s*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

MILTON, John. *Areopagitica and other political writings*. Indianapolis: Liberty Fund, 1999.

RIVERS, Isabel. *Reason, Grace and Sentiment – volume 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SHAFTESBURY, Anthony Ashley Cooper, Third Earl of. *Characteristicks of Men, Manners, Opinions, Times*. Indianapolis: Liberty Fund, 2001.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *A Vindication of the Rights of Women, with Strictures on Political and Moral Subjects*. New York: San Val, 2001 (Kindle edition).